



Uma proposta de olhar para a questão paradigmática da comunicação: o modelo do conflito social como opção viável de orientação epistêmica¹

Marcos Paulo da SILVA²

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Resumo

A proposta do trabalho é localizar a questão paradigmática da comunicação no escopo das ciências sociais aplicadas e apresentar o modelo do conflito social como opção viável de orientação epistêmica para a pesquisa comunicacional. Parte-se inicialmente de uma discussão ao redor do próprio conceito de paradigma a partir das formulações de Thomas Kuhn e introduz-se o debate em torno da complexidade dos estudos comunicacionais com foco em seus aspectos sociológicos. São elencados, ainda, alguns dos principais paradigmas teóricos (ou orientações epistêmicas) da comunicação. Por fim, a partir de uma interpretação de seus pressupostos, apresenta-se o modelo do conflito social e ilustra-se, como exemplo de abordagem desta orientação epistêmica, a questão dos fatores socioculturais envolvidos no nascimento da imprensa no Brasil.

Palavras-chave: Epistemologia da Comunicação; paradigma; conflito social; orientação epistêmica.

Para situar o debate

O objetivo deste artigo – ancorado em uma proposta de pesquisa mais ampla – é localizar, por meio de revisão bibliográfica, a questão paradigmática da comunicação no escopo das ciências sociais aplicadas e apresentar o modelo do conflito social como opção viável de orientação epistêmica para a pesquisa comunicacional. Para tanto, parte-se inicialmente de uma discussão ao redor do próprio conceito de paradigma a

¹ Trabalho apresentado no NP Teorias da Comunicação no IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru-SP. Doutorando em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: silva_mp@uol.com.br



partir das formulações seminais de Thomas Kuhn (1978). Em um segundo momento, é introduzido o debate em torno da complexidade dos estudos comunicacionais (Martino, 2007), com destaque para os aspectos sociológicos que permeiam a grande área das humanidades. Encontra-se, na sequência, uma apresentação – sob três óticas distintas – dos principais paradigmas teóricos (ou orientações epistêmicas) da comunicação. Por fim, a partir de uma leitura crítica de seus pressupostos, introduz-se o modelo do conflito social e apresenta-se, como exemplo de abordagem desta orientação epistêmica, a questão dos fatores socioculturais envolvidos no nascimento da imprensa no Brasil.

A questão paradigmática

Um paradigma teórico pode ser definido em diferentes aspectos. Uma importante contribuição neste sentido é dada por Thomas Kuhn, físico norte-americano que dedicou representativa parcela de sua obra à filosofia e à história da ciência. Ao defender que os grandes progressos da ciência não partem de mecanismos de continuidade, mas de rupturas, Kuhn, em sua obra seminal *A estrutura das Revoluções Científicas*, publicada originalmente em 1962³, permite novas reflexões a respeito da concepção de paradigma.

Kuhn (1978) caracteriza como “ciência normal” a modalidade de ciência que evolui de forma contínua e possui pressupostos aceitos segundo a perspectiva vigente de um determinado período histórico. As contradições internas desta modalidade científica, entretanto, podem disseminar novas perspectivas na interpretação de fenômenos antes dados como explicados. Essas diferentes perspectivas de encarar os fenômenos do mundo são definidas por Kuhn (1978) como paradigmas. Desta maneira, quando um paradigma distinto, ou seja, quando uma nova perspectiva permite embasar o desenvolvimento de uma modalidade científica já consolidada, reconhece-a como uma “ciência revolucionária”. Portanto, na perspectiva de Kuhn (1978), a evolução ou progresso de uma ciência depende do encadeamento de etapas de desenvolvimento “normal” e rupturas revolucionárias. A utilização do termo “revolução”, em um paralelismo entre os desenvolvimentos político e científico, embora force uma metáfora, justifica-se, segundo o autor, por um conjunto de aspectos comuns que marcam essas duas esferas.

³ Utiliza-se neste trabalho a segunda edição da obra publicada no Brasil: KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 2.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.



As revoluções políticas iniciam-se com um sentimento crescente, com frequência restrito a um segmento da comunidade política, de que as instituições existentes deixaram de responder adequadamente aos problemas postos por um meio que ajudaram em parte a criar. De forma muito semelhante, as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.(...) Contudo, o paralelo possui um segundo aspecto, mais profundo, do qual depende o significado do primeiro. As revoluções políticas visam realizar mudanças nas instituições políticas, mudanças essas proibidas por essas mesmas instituições que se quer mudar.(...) Tal como a escolha entre duas instituições políticas em competição, a escolha entre paradigmas em competição demonstra ser uma escolha entre modos incompatíveis de vida comunitária. (KUHN, 1978, p. 126-128).

Outra contribuição substancial da obra de Thomas Kuhn (1978) é a multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo “paradigma”. Mergulhando nas formulações teóricas do autor, Margaret Masterman (1975) elenca 21 diferentes definições para o sentido do termo, classificando-as em três grupos principais: os paradigmas de sentido filosófico (metaparadigmas), os paradigmas de sentido sociológico e os paradigmas de sentido concreto.

No ambiente das ciências humanas e sociais, repercute, de modo particular, o aspecto sociológico estabelecido por Thomas Kuhn aos paradigmas. Segundo Masterman (1975, p. 169), um paradigma pode ser encarado – sob o ponto de vista da sociologia do conhecimento – como um conjunto de hábitos científicos. Nesta perspectiva, que coloca em destaque a abordagem das humanidades (carente de pressupostos teóricos consolidados), entende-se que a chamada “ciência normal” sustenta-se sempre em realizações reconhecidas por uma comunidade científica – durante certo tempo – como base para sua prática posterior. Tais realizações são suficientes para atrair um grupo duradouro de partidários e mantê-los aliados nos aspectos competitivos da atividade científica (MASTERMAN, 1975, p. 169). É neste sentido que, a partir da interpretação da obra de Kuhn, deduz-se que a ciência está sempre exposta a jogos de interesse e poder político e institucional.

Apesar de referir-se a todas as áreas do conhecimento científico, o debate epistemológico iniciado por Kuhn (1978) e resgatado por Masterman (1975) ganha repercussão particular no campo das ciências humanas e sociais. No campo da História,



por exemplo, um paralelo interessante pode ser traçado com o que Michel de Certeau (1982) intitula de “operação historiográfica”, ou seja, numa perspectiva epistemológica, trata-se da constatação de que toda pesquisa historiográfica se articula em um local de produção sócio-econômico, político e cultural. Para o teórico francês, que resgata as críticas estabelecidas pelo alemão Raymond Aron ao redor da “história objetiva”, a prática historiográfica está inteiramente relacionada à estrutura da sociedade – da seleção e reunião dos objetos de estudo ao processo de redação das obras.

Analisando uma “dissolução do objeto” (R. Aron), tirou o privilégio do qual [a história objetiva] se vangloriava, quando pretendia reconstituir a “verdade” daquilo que havia acontecido. A história “objetiva”, aliás, perpetuava com essa idéia de uma “verdade” um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de anteontem; contentava-se com traduzi-la em termos de “fatos” históricos. (...) Agora, sabemos a lição na ponta da língua. Os “fatos históricos” já são constituídos pela introdução de um sentido de objetividade. Eles enunciam, na linguagem da análise, “escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois, da observação – e que não são nem mesmo “verificáveis”, mas apenas “falsificáveis” graças a um exame crítico.(CERTEAU, 1982, p.67).

Na perspectiva de Certeau (1982), entende-se que a prática histórica, de modo geral, e os próprios objetos da historiografia, num plano particular, devem ser observados e localizados no âmbito de seus lugares sociais. Em outros termos, reconhece-se como premissa o fato de a prática historiográfica depender, necessariamente, dos vestígios (que não são inertes, mas carregam representações) deixados pelas sociedades às gerações subseqüentes. Por sua vez, a escolha do que deve ou não ser guardado por cada sociedade e o que deve tornar-se objeto de pesquisa, retomando as palavras de Max Weber (*apud* CERTEAU, 1982, p.68), não admite outra justificativa senão a subjetiva.

A complexidade do campo comunicacional

No campo acadêmico da comunicação, contudo, o debate em torno do sentido sociológico do paradigma merece um cuidado ainda mais especial. Em grande parte, pois, conforme aponta Luiz C. Martino (2007), a discussão teórica do campo tangencia sempre o risco de reducionismo quando a dimensão sociológica da luta por espaço e por poder substitui sua dimensão epistemológica. O ofuscamento da questão paradigmática central na comunicação é tamanho que, como alerta Martino (2007), mesmo em um campo já bastante consolidado no plano institucional (instituições de ensino,



habilitações profissionais, periódicos especializados e associações científicas), não se consegue explicar nos limites do arcabouço teórico, de forma convincente, a crença em teorias próprias ditas ‘*da*’ comunicação. O alerta do autor refere-se à confusão em torno de duas categorias comumente sobrepostas: as “teorias *sobre* comunicação” e as “teorias *da* comunicação” propriamente ditas, ou seja:

Teorias que se ocupam de fenômenos comunicacionais no sentido amplo e teorias propriamente comunicacionais, que se caracterizam por um certo tipo de aproximação ou de recorte da realidade. As primeiras, é fácil constatar, são provenientes das mais diferentes disciplinas (sociologia, psicologia, ciências políticas...), enquanto que a segunda expressão designa as teorias que constituem uma disciplina, um saber autônomo. (MARTINO, 2007, p.30).

A ênfase na explicação sociológica dos processos comunicacionais ou, em outros termos, a sobreposição dos aspectos sociológicos à dimensão epistemológica do campo, constitui-se a principal faceta da confusão citada. Para Martino (2007), é notório que “a determinação das teorias da comunicação permanece um empreendimento marcado por fatores que não se restringem ao plano do conhecimento” (MARTINO, 2007, p. 24). Prossegue o autor:

Aqueles que, recentemente, têm recorrido à sociologia da ciência vêm aí uma oportunidade para reduzir o problema da teoria da comunicação unicamente a seu aspecto extra-conhecimento. Optando por uma abordagem propriamente sociológica, deslocam a questão do conhecimento pela do poder e não vêm nada mais do que a luta fratricida pela conquista do reconhecimento, do status e do poder. Na verdade, esta tem sido uma das maneiras mais fáceis para dar continuidade à confusão e consolidar o estado de fato atual, de baixo investimento epistemológico. A sociologia da ciência não pode e não deve substituir a dimensão epistemológica, não é essa a contribuição que pode dar ao nosso problema. (MARTINO, 2007, p. 25).

Embora reconheça a sobreposição das duas dimensões, Martino (2007) argumenta que elas não são conflitantes, mas, de modo contrário, devem complementar-se na explicação dos fenômenos comunicacionais. Desta maneira, mesmo com um olhar crítico, o autor reconhece a importância das contribuições da sociologia da ciência para o campo. Analisando os pensamentos de dois teóricos norte-americanos – Charles R. Berger e Robert T. Craig –, Martino (2007) propõe reflexões pertinentes a respeito do modo como se institui a “pseudo-oposição” entre os aspectos sociológicos e a dimensão eminentemente epistemológica da comunicação.



A partir de uma leitura crítica da obra de Robert T. Craig (2007), são elencados pontos de contribuição da sociologia da ciência no campo comunicacional:

A questão fundamental para sociologia da ciência é como os agentes sociais se articulam em torno de um certo ponto, que pode ser a arte, a religião, a ciência ou qualquer coisa, até mesmo a produção teórica. Veja-se bem, a teoria não é tomada em sua particularidade, mas reduzida a sua função social, como elemento aglutinador, elo social. O sociólogo se interessa pelas relações sociais assim estruturadas, pouco lhe importa o que é feio ou bonito, se deus existe ou não, se a teoria é verdadeira ou escandalosamente absurda. Para ele é completamente indiferente se “ $2+2=4$ ” ou se “ $2+2=5$ ”. Seu objetivo é como as comunidades (de artistas, de religiosos, de cientistas, etc.) irão se organizar em grupos, gerando hierarquias, distinções e *status* sociais que diferenciam seus membros; como se dá o conflito de interesses entre os grupos e a formação da hegemonia. (MARTINO, 2007, p. 120).

A problematização expressada por Martino (2007) diz respeito à ausência de um “núcleo duro” paradigmático no campo, característica que oculta as diferenças entre os aspectos sociológicos e a dimensão epistemológica (metateórica). Em termos práticos:

Uma investigação sociológica poderia descobrir que grande parte do movimento científico pode ser explicada por razões de ordem social. Pressões internas, tais como um excesso de pessoal ou uma dificuldade política, podem fazer com que agentes de um certo campo busquem seu espaço institucional em outros campos onde a disputa seja menos intensa. Sabemos que muitos dos pesquisadores que atuam na área de comunicação têm formação em outras áreas do conhecimento (o que em si mesmo não constitui nenhum problema), mas poucos têm a preocupação de se adaptar à nova disciplina. (...) Dessa forma, oriundos de outros campos – ou de uma formação em comunicação que nunca se preocupou em determinar a especificidade da área de estudo –, os agentes do campo comunicacional recorrem à interdisciplinaridade como uma forma de legitimar o que fazem, ao invés de se colocarem a questão do que seria pertinente ao saber comunicacional. (MARTINO, 2007, p. 122).

Como forma de justificar a necessidade de complementação entre as contribuições dos diferentes aspectos da ciência (sociológico e epistemológico), Martino (2007) reconhece na migração de agentes (pesquisadores, teóricos, estudantes, etc) de um domínio para outro do saber (reflexo do aspecto sociológico) um problema de cunho eminentemente epistemológico: na prática, o fluxo de transição ocorre no sentido de campos de estudo com fragilidades epistemológicas (caso da comunicação), onde é possível ocupar, com maior facilidade, novos espaços acadêmicos.



Nesta perspectiva, em um campo marcado pela inconsistência epistemológica, a garantia de um arcabouço teórico próprio ‘da’ comunicação (e não ‘sobre’ comunicação) depende, necessariamente, do respeito dos pesquisadores ao que Martino (2007) chama de preceito da *centralidade do fenômeno comunicacional*. “Isso significa dizer que a realidade humana deve ser explicada (entendida, descrita) tomando-se a comunicação como fator privilegiado” (MARTINO, 2007, p.28). O fenômeno comunicacional *stricto sensu*, por sua vez, é marcado por características históricas bem definidas: mercantilização da informação, intervenção da técnica, transformação da cultura e a comunicação como elemento central da organização social da sociedade complexa (MARTINO, 2007, p.36).

Toda essa grade complexa, que envolve a dimensão sociológica – mas também os aspectos epistemológicos e metodológicos – de um paradigma nas ciências sociais (e particularmente no campo comunicacional), deve ser observada com parcimônia. Em primeiro lugar, pois, ao tomar como ponto de partida a própria conceituação de Thomas Kuhn, encontra-se ambiguidade na definição da questão paradigmática (anos após a publicação pioneira de sua obra, o próprio teórico reconheceu as críticas à ambiguidade de suas formulações). Além disso, é preciso ter em mente que toda formulação de Kuhn (1978) para o termo “paradigma” diz respeito às ciências ditas naturais.

Neste sentido, pela complexidade ressaltada, o termo talvez mereça ser substituído por outra formulação mais enfática e marcada por menor ambiguidade. O próprio Kuhn (1978) sugere a substituição do termo “paradigma” pela expressão “matriz disciplinar”. Isaac Epstein (2009, p. 20), ao referir-se especificamente ao caso comunicacional, considera mais adequada a expressão “orientação epistêmica”.

Paradigmas teóricos (ou orientações epistêmicas) da comunicação

Por constituir uma área em construção (ao menos do ponto de vista do debate teórico), a comunicação envolve paradigmas (ou orientações epistêmicas) divergentes. Guba e Lincoln (1994) chamam atenção para o fato dos paradigmas constituírem-se construções humanas e, portanto, como abstrações “inventadas pela mente humana”, são passíveis de erros. Desta maneira, trata-se de abstrações sujeitas à argumentação – mas também à persuasão – na “arena da sabedoria pública” (GUBA & LINCOLN, 1994). Os autores, que se reconhecem construcionistas, apresentam quatro paradigmas competitivos na pesquisa qualitativa, apontando diferentes dimensões de análise. Os



paradigmas positivismo, pós-positivismo e teoria crítica, além do construcionismo, podem ser sistematizados no seguinte quadro (GUBA & LINCOLN, 1994, p.106-117):

Dimensão	Positivismo	Pós-Positivismo	Teoria Crítica et al.	Construcionismo
Ontológica	Realismo ingênuo	Realismo crítico	Realismo histórico	Relativismo
Epistemológica	Dualista (achados verdadeiros)	Dualismo modificado (achados prováveis)	Transacional (valorização dos achados)	Transacional (achados criados)
Metodológica	Experimental (verificacionismo)	Experimental (falsificacionismo)	Dialógica/ Dialética Confiabilidade /Validez	Hermenêutica/ Dialética
Valores	Excluídos; influência negada		Incluídos formativos	
Ética	Extrínseca		Intrínseca	

A abordagem de Guba e Lincoln (1994) assemelha-se, em parte, da perspectiva apresentada por DeFleur e Ball-Rokeach (1993)⁴. Neste caso, os autores reconhecem que as relações entre meios, sociedade e indivíduos não podem ser estudadas em um vácuo teórico e apresentam uma definição mais precisa de paradigma (quando comparada com as 21 definições cunhadas por Margaret Masterman a partir da obra de Thomas Kuhn):

En la ciencia de la comunicación actual, el término paradigma combina la idea de un modelo de comparación con la idea más compleja de un grupo de supuestos fundamentales sobre la naturaleza de algún aspecto de la realidad social o psicológica. (DEFLEUR, BALL-ROKEACH, 1993, p.53)

Após combinarem a idéia de um modelo de comparação à idéia de um grupo de pressupostos na definição de um paradigma (ou seja, aquilo que define o que está dentro e o que está fora dos limites da pesquisa), os autores apresentam diferentes propostas de paradigmas originados na sociologia e na psicologia com aplicação no campo da comunicação. Tal inventário converge em alguns momentos com a proposta de Guba e Lincoln (1994). Contudo, ao fracionar os paradigmas em duas ordens (paradigmas

⁴ Em capítulo que não consta na edição em língua portuguesa da obra: DE FLEUR, Melvin e BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.



sociológicos e paradigmas psicológicos), dispõem de uma perspectiva diferenciada. Para DeFleur e Ball-Rokeach, os paradigmas de ordem sociológica são: estrutural-funcionalismo, modelo do conflito social, interacionismo simbólico e evolucionismo. Somam-se a eles os paradigmas de ordem psicológica: paradigma comportamental, paradigma psicanalítico e paradigma cognitivo. A perspectiva de DeFleur e Ball-Rokeach (1993) permite a compreensão de que os paradigmas envolvidos nas ciências sociais não se configuram modelos estanques, mas formulações teóricas em constante interface na resolução dos problemas originários das pesquisas.

Uma terceira proposta de classificação dos paradigmas comunicacionais (chamados, neste caso, de orientações epistêmicas) é apresentada por Isaac Epstein (2009). Com uma perspectiva que difere parcialmente tanto de Guba e Lincoln (1994) quanto de DeFleur e Ball-Rokeach (1993), Epstein (2009) opta por elencar três orientações epistêmicas fundamentais, a saber: o Positivismo, que compreende também o Pós-Positivismo; a orientação da Teoria Crítica, com todas suas variações; e, de maneira diferenciada, a orientação chamada de Agonística, também com suas variantes.

Questões metodológicas centrais

Elencados os principais paradigmas teóricos (ou orientações epistêmicas) da comunicação por Guba e Lincoln (1994), DeFleur e Ball-Rokeach (1993) e Epstein (2009), ganha terreno outra problemática de fundo passível de discussão. Trata-se de um conjunto central de tarefas metodológicas expostas por DeFleur e Ball-Rokeach (1993) que, segundo os autores, deve perpassar toda pesquisa acadêmica da área comunicacional. Colocadas como cruciais no desenvolvimento dos estudos da área (um pano de fundo necessário), as três tarefas metodológicas fundamentais que não devem escapar à rotina dos pesquisadores são: eliminar as controvérsias teóricas; explicar a natureza básica do ato comunicativo; e considerar as diferentes variáveis políticas, econômicas e histórico-culturais no processo comunicativo (DEFLEUR, BALL-ROKEACH, 1993, p.49-51).

Por “eliminar as controvérsias teóricas”, entende-se substituir por provas válidas toda a especulação emocional ao redor dos meios de comunicação de massa. Para DeFleur e Ball-Rokeach (1993), as controvérsias permanecerão a reproduzir-se (com consequências reducionistas) enquanto os resultados de investigações confiáveis não apresentarem alegações convincentes que provem estar os meios de comunicação vinculados – ou não – aos argumentos de seus críticos (ou de seus defensores).



Na sequência, reconhece-se como tarefa fundamental da pesquisa a função de “explicar a natureza básica do ato comunicativo”. DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p.50) alertam para o fato de que a comunicação deve ser sempre compreendida como um processo biossocial, ou seja, o ato comunicativo não depende exclusivamente da memória humana, mas de fatores como a percepção, a interação simbólica e as convenções culturais de linguagens específicas.

Por fim, tem-se a tarefa que reflete uma das preocupações centrais do presente trabalho: considerar as diferentes variáveis políticas, econômicas e histórico-culturais no processo comunicativo. Para DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p.51), isso equivale a dizer que, no interior de diferentes estruturas políticas, sistemas econômicos ou situações histórico-culturais, pode-se supor que as estruturas dos mesmos meios de comunicação sejam passíveis da adoção de formas diferentes.

A opção pelo modelo do conflito social

Com a apresentação dos principais paradigmas teóricos da comunicação e de algumas tarefas metodológicas consideradas fundamentais para a pesquisa da área, entra-se na etapa final deste trabalho: apresentar o modelo conflito social como opção de orientação epistemológica para a pesquisa comunicacional. A opção não significa, porém, afirmar que tal orientação será tomada de maneira estanque, dissociada do diálogo com as demais propostas epistemológicas. Busca-se, acima de tudo, um modelo que seja útil à pesquisa acadêmica e que, ao mesmo passo, coloque-se como alternativa às explicações de ordem determinista para os fenômenos sociais e comunicacionais.

O modelo do conflito social apresentado por DeFleur e Ball-Rokeach (1993) sustenta-se no pressuposto de que o embate constitui-se o processo mais importante na explicação dos fenômenos sociais. Desta maneira, o paradigma coloca-se como alternativa ao modelo do equilíbrio (sustentado no paradigma estrutural-funcionalista) e ao modelo evolucionista.

Sobre o entendimento de que o conhecimento consiste em produto de um processo dialético, ou seja, a partir de “forças opostas”, afirmam DeFleur e Ball-Rokeach (1993):

Para los antiguos filósofos resultó evidente que muchos tipos de cambio tuvieron lugar como resultado de fuerzas opuestas. Buena parte de su pensamiento se basaba en conceptos como lo cierto y lo falso, el bien e el mal, pero en el mundo de las ideas aquellos filósofos vieron que, tras la



interacción de fuerzas antagónicas, surgían nuevas formas. Esta concepción de resolver un conflicto para obtener algo nuevo pasó a ser llamada un proceso dialéctico. Platón utilizó un formato dialéctico para abordar diversos temas de su *República*. Durante siglos la Idea siguió integrando el estudio de la lógica, para describir la forma en que puede obtenerse el conocimiento, mediante un proceso de debate y examen de puntos de vista opuestos. (DEFLEUR, BALL-ROKEACH, 1993, p.59-60).

Embora enraizadas nas reflexões platônicas, as idéias do modelo do conflito social ganham destaque no século XIX a partir do pensamento de autores que se destacam na filosofia social. Nomes como Georg Wilhelm Hegel, Friedrich Engels e, sobretudo, Karl Marx, responsáveis pela concepção do pensamento que viria a ser conhecido como materialismo histórico, vinculam a concepção de transformação social à dialética e ao conflito social (luta de classes).

Enquanto orientação epistêmica, o modelo do conflito social coincide, em diferentes aspectos, com o paradigma da Teoria Crítica. A partir das dimensões paradigmáticas apresentadas por Guba e Lincoln (1994), considera-se que a Teoria Crítica tem sua ontologia (relação com o estatuto ou “realidade” dos objetos científicos estudados) baseada no realismo histórico. Em outros termos, acredita-se que a realidade é formada a partir da fusão de fatores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos e de gênero. Tais fatores são, por sua vez, cristalizados (reestruturados) em uma série de estruturas tomadas como o “real” (a realidade).

Quanto à epistemologia (relação com o tipo de conhecimento obtido), Guba e Lincoln (1994) colocam a Teoria Crítica em um status transacional e subjetivo. Significa dizer que, na ótica deste paradigma, investigador e objeto de investigação estão interativamente ligados com os valores do pesquisador e, desta maneira, influenciam inevitavelmente a pesquisa. Esta postura, segundo os autores, desafia distinção tradicional (ancorada nas ciências naturais) entre ontologia e epistemologia.

A dimensão metodológica da Teoria Crítica, por sua vez, é dialógica e dialética. Assim, a natureza ativa da pesquisa requer, segundo Guba e Lincoln (1994), um diálogo entre o investigador e o objeto investigado; diálogo, este, que deve ser dialético na natureza de transformar a possível alienação do objeto em consciência “mais informada” (a partir da avaliação de como as estruturas devem ser modificadas e compreensão das ações necessárias para efetivá-las).



Para a Teoria Crítica, o objetivo da pesquisa sustenta-se na transformação das estruturas sociais, políticas, culturais, econômicas, étnicas e de gênero “que compõem e exploram a raça humana, envolvendo confrontos e conflitos” (GUBA & LINCOLN, 1994). Na perspectiva deste paradigma, o conhecimento, fruto da pesquisa, não acumula-se de forma absoluta, mas, ao contrário, cresce e modifica-se por meio de um processo dialético de revisão histórica. Já a natureza do conhecimento, para a Teoria Crítica, consiste nas construções sobre as quais há consenso relativo (ou, ao menos, movimentos no sentido consensual) entre os atores competentes para interpretar a “substância da construção”. Tais construções, conforme apontam Guba e Lincoln (1994), são objetos de “revisão contínua”, com mudanças que provavelmente ocorrem quando propostas relativamente diferentes são colocadas em justaposição em um contexto dialético.

Isaac Epstein (2009, p.22) chama atenção ao fato de ter cabido a Habermas uma revisão da Teoria Crítica por meio de sua Teoria da Ação Comunicativa. Na concepção habermasiana, a verdade é sempre atingida pelo consenso obtido por meio da comunicação e onde a emancipação dos sujeitos joga importante papel.

Apesar de os ideais do paradigma da Teoria Crítica (ou do materialismo dialético) estarem ancorados em propostas esquedistas por meio do discurso emancipatório, DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 60) advertem que assumir os pressupostos do conflito social como importante fonte para a transformação social não significa, necessariamente, estar vinculado à ideologia marxista. Segundo os autores, são quatro os pressupostos que podem resumir o paradigma do conflito social:

1. Uma sociedade pode conceber-se como integrada por categorias e grupos de pessoas cujos interesses diferem-se notadamente entre si;
2. Todos esses componentes da sociedade tentam impor seus próprios interesses, em embates com os demais, ou conservar seus interesses resistindo aos esforços competitivos alheios;
3. Uma sociedade assim organizada experimenta constantemente o conflito, quando seus componentes procuram obter novas aspirações ou conservar seus interesses; em outras palavras, o conflito é ubíquo;
4. Por trás do processo dialético de interesses competitivos e conflitivos surge um contínuo processo de transformação; as sociedades não estão em equilíbrio pois estão em contínua transformação (DeFleur, Ball-Rokeach, 1993, p. 61).



Tais pressupostos caracterizam um frutífero paradigma teórico (ou orientação epistêmica) que permite conceitualizações e reflexões significativas a respeito de temas emblemáticos no âmbito das comunicações massivas. Por outro lado, orientar-se pelo paradigma do conflito social não consiste em alinhar-se categoricamente às posições do pensamento marxista, muitas vezes marcadas pelo determinismo econômico. Ressalta-se, aqui, portanto, a preocupação apontada por DeFleur e Ball-Rokeach (1993) de eliminação das controvérsias teóricas e, por conseguinte, a valorização das diferentes variáveis políticas, econômicas e histórico-culturais do processo comunicativo.

Um exemplo de abordagem: a tardia implantação da imprensa no Brasil

Neste sentido, um exemplo didático sedimenta-se na revisão dos diferentes modelos explicativos – de caráter determinista – para a tardia implantação da imprensa no Brasil. Uma contribuição representativa é dada por Nelson Werneck Sodré (1966). De origem marxista, Werneck Sodré, primeiro pesquisador a se preocupar em estabelecer uma periodiza o aut noma para a história da imprensa brasileira, sustenta sua tese em uma interpreta o essencialmente econ mica. Conforme a argumenta o de Werneck Sodré (1966), o desenvolvimento da imprensa constitui um reflexo do desenvolvimento do capitalismo e da burguesia no país. Em sua visão, de forma resumida, o Brasil-Col nia, por não apresentar situa o econ mico-social para o desenvolvimento capitalista (ausência de burguesia), também não propicia o advento da imprensa.

Ao propor uma história social para a imprensa brasileira, José Marques de Melo (2003) faz uma leitura crítica da obra de Werneck Sodré. O autor reconhece o argumento de Werneck Sodré de que a imprensa surge na Europa na época de forma o do capitalismo e estrutura-se no país com uma orienta o intrinsecamente mercantil (“a primeira mecaniza o de um ofício manual”, nas palavras de McLuhan). Entretanto, relativiza seu “unilateralismo econ mico” ao defender que o aparecimento da imprensa deve-se   conjuga o de uma série de fatores (em que a expansão mercantilista Europa situa-se como apenas uma das variáveis). Uma das principais fragilidades dos argumentos de Werneck Sodré (1966) apontadas por Marques de Melo (2003) está no marxismo dogmático.   chamada a aten o para o fato de Werneck Sodré propor a transposi o quase mecânica para as Américas das teses de Karl Marx sobre o capitalismo europeu.



Marques de Melo (2003), por sua vez, propõe uma série de fatores socioculturais que dialogam com as explicações de ordem política e econômica e se auto-influenciam no tardio processo de implantação da imprensa no Brasil. São eles: a) natureza feitorial da colonização; b) “atraso” das populações indígenas no Brasil; c) predominância do analfabetismo; d) ausência de urbanização; e) precariedade da burocracia estatal; f) incipiência das atividades comerciais e industriais; e g) reflexo da censura metropolitana.

A argumentação de Marques de Melo (2003) está estruturada em uma perspectiva assumidamente funcionalista. Contudo, sua abordagem sociocultural para o fenômeno comunicacional abre possibilidades de diálogos com outras orientações epistêmicas, como é o caso do modelo do conflito social. Ou seja, assumir o paradigma do conflito social como opção epistemológica, não significa, necessariamente, adotar como verdades absolutas as explicações econômicas de ordem determinista para o desenvolvimento dos meios de comunicação (argumento das explicações de ordem marxista). De modo contrário, valoriza-se, conforme apontam DeFleur e Ball-Rokeach (1993), as diferentes variáveis políticas, econômicas e histórico-culturais do processo comunicativo. Isso, evidentemente, sem abrir mão da premissa de que a sociedade estrutura-se em categorias e grupos cujos interesses diferem-se notadamente entre si (pressuposto do modelo do conflito social).

Outra contribuição, em sentido semelhante, é dada por Douglas Kellner (2001). Para o autor norte-americano, o conceito de ideologia não deve se restringir à dominação econômica (de classe), conforme a proposta da Escola de Frankfurt (Teoria Crítica), mas também se estender às outras formas de dominação existentes na sociedade: sexo, raça e outras formas de dominação ideológica. “Parte-se assim do pressuposto de que a sociedade é um grande campo de batalha, e que essas lutas heterogêneas se consumam nas telas e nos textos da cultura da mídia e constituem o terreno apropriado para um estudo crítico da cultura da mídia” (KELLNER, 2001, p.79). Tais reflexões podem ser transpostas para o citado caso da implantação da imprensa no país. Ou seja, ao abrir mão do determinismo econômico proveniente do marxismo dogmático, mas, ainda assim, considerar as diferenciadas formas de dominação e embate existentes na sociedade, abre-se um frutífero caminho para a viabilidade do modelo do conflito social como orientação epistêmica.



Algumas considerações

A explicitada complexidade do campo comunicacional, marcada de modo particular pelo aspecto sociológico da ciência, conduz o debate em torno de seus paradigmas teóricos para algumas reflexões necessárias. Ao adotar uma determinada orientação epistêmica como ponto de partida para a pesquisa comunicacional, ao contrário do que comumente acontece nas ciências naturais, sobre as quais recaíram as discussões de Thomas Kuhn e onde se estabelece um rígido núcleo paradigmático, deve-se necessariamente também considerar a possibilidade de diálogo com formulações epistêmicas divergentes. Assim é, pois, em sentido restrito, conforme aponta Ernest Nagel (1978), as ciências sociais e humanas, diferentemente das ciências naturais, não se sustentam em explicações significativas (baseadas na relação de causa e efeito), mas em questões interpretativas. Em sentido amplo, reconhece-se, conforme ressaltam Guba e Lincoln (1993), que a aceitação de paradigmas teóricos não pode ser tomada apenas em escolhas filosóficas, pois tais posições acarretam em conseqüências na conduta prática da pesquisa.

Para DeFleur e Ball-Rokeach (1993), a existência de uma quantidade considerável de paradigmas teóricos, entre os quais é preciso fazer escolhas, consiste em uma vantagem para a pesquisa em comunicação. Tal vantagem, entretanto, só pode ser consolidada com a maturidade do pesquisador em situar-se em um plano que difira, por um lado, da “confusão” epistemológica (ou seja, da falta de um paradigma teórico de base⁵) e, por outro, da “devoção” epistemológica (caracterizada pela interpretação por parte do pesquisador de determinado paradigma teórico como fé verdadeira). O modelo do conflito social pode ser útil e viável neste sentido: valoriza as divergentes formas de dominação existentes na sociedade, bem como as diferentes variáveis políticas, econômicas e histórico-culturais do processo comunicativo, e permite que sejam deixadas de lado as explicações de cunho determinista.

Referências bibliográficas

BERGER, Charles R., CRAIG, Robert T., MARTINO, Luiz C. **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Frense-Universitária, 1982.

⁵ Confusão também chamada por Douglas Kellner (2001) de “pout-porri teórico”.



DEFLEUR, M.L. & BALL-ROCKEACH, S.J., **Teorías de la comunicación de masas**. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.15-31.

GUBA, E. & LINCOLN, Y.S. Competing Paradigms in Qualitative Research. In DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. **Handbook of Qualitative Research**. Sage, 1994, p. 105-117.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 2.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MAQUES DE MELO, José. **História Social da Imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MASTERMAN, Margaret. La naturaliza de los paradigmas'. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (orgs.). **La crítica y el desarrollo del conocimiento**. Barcelona: Grijalbo, 1975.

NAGEL, Ernest. **La estructura de la ciência**. 3.ed. Buenos Aires: Paidós, 1978, p. 427-437.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.